



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FARMÁCIA MUNICIPAL**

---

**REQUERENTE: CATARINA DA SILVA COSTA**

**PROCESSO JUDICIAL: 0800867-52.2022.8.19.0076**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 346/23**

Considerando a decisão judicial recebida, em face do paciente **CATARINA DA SILVA COSTA**.

Considerando que o medicamento solicitado não faz parte dos fornecidos pela REMUME, LME e FARMÁCIA POPULAR e estamos com estoque quase no fim.

Solicito a Vossa Senhoria com a máxima urgência providências para aquisição do item relacionado abaixo, tendo em vista que o município já foi intimado a realizar o fornecimento para o referido item.

Tendo em vista o valor ora consultado na internet, solicito ao departamento de compras que informe ao futuro fornecedor que este processo será contratualizado e que a quantidade a ser entregue dos medicamentos será solicitada de 56 em 56 comprimidos, de acordo com a necessidade do paciente e desta farmácia.

**Sendo assim, solicito o encaminhamento deste processo ao setor de contratos, afim de que seja realizado o contrato de entrega, de acordo com o termo de referência, item 3.**

| Item | Medicamento      | Quantidade p 6 meses |
|------|------------------|----------------------|
| 01   | SUNITINIBE 50 MG | 196 COMP             |

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. JUSTIFICATIVA

O presente Termo de Referência tem como objetivo a aquisição imediata do medicamento descrito abaixo para atendimento do processo da judicialização, tendo em vista ser importante para a manutenção da vida do paciente.

| Item | Medicamento      | Quantidade |
|------|------------------|------------|
| 01   | SUNITINIBE 50 MG | 196 COMP   |

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no Artigo 196, estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, e será garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A Lei nº 8.080/90, que Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, reafirma no seu artigo 2º que **“A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”**.

### 2. OBJETO

Aquisição de medicamento de forma parcelada e contratualizada conforme item 1 e 3.

**OBS.:** Para efeito deste **instrumento**, medicamento será definido como **PRODUTOS** e Fundo Municipal de Saúde como **FMS**.

### 3. DA CONTRATUALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO.

A referida solicitação deverá ser contratualizada, afim de garantir que seja entregue em parcelas de 56 comprimidos, ou de dois em dois meses, conforme necessidade desta farmácia, podendo utilizar o quantitativo todo empenho ou não utilizar, cancelando o saldo que por ventura ficar remanescente do empenho.

### 4. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

Os produtos a serem adquiridos se enquadram no conceito de “bens comuns”, estabelecido no art. 1º, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.520/02. Considerando que suas especificações são padronizadas, a aquisição se dará por dispensa de licitação.

### 5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

Os produtos serão entregues de acordo com o solicitado pela farmácia/almoxarifado mediante Autorização de Fornecimento e nota de empenho, conforme estipulado em contrato.

**5.1** No ato da entrega, o produto deverá estar acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica, em 02 (duas) vias, emitida nos termos da legislação em vigor.

**5.2** Executado a entrega, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 73 da Lei nº 8666/93, sendo provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação e definitivamente, após a verificação da sua qualidade e quantidade, e consequente aceitação.

## **6. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**6.1** A **CONTRATADA** ficará sujeita a mais ampla e irrestrita fiscalização, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos por ventura requeridos pelo **almoxarifado**, cabendo a esta, o acompanhamento total ou parcial da entrega dos Produtos, objeto deste Termo de Referência, podendo sustar, recusar, mandar trocar qualquer produto que não esteja de acordo com as condições e exigências recomendadas.

**6.2** O fiscal da presente solicitação será XXXXX, mat. XXXXX, cargo XXXXX

## **7. DO LOCAL E HORÁRIO PARA ENTREGA**

Os produtos serão entregues no **almoxarifado**, rua Coronel Francisco Limongi, 153, Estação, São José do Vale do Rio Preto – RJ no horário de 09:30 às 16:00 horas.

**7.1** Caso a empresa encontre dificuldades para realizar a entrega dos produtos durante o horário estabelecido, esta deverá entrar em contato com o setor de almoxarifado pelo telefone **(24) 2224-7598** a fim de solucionar o ocorrido.

**7.2** A entrega dos produtos não poderá ser realizada em outro setor da Secretaria Municipal de Saúde quicá da Prefeitura Municipal sem a prévia autorização Setor de almoxarifado, sendo responsabilidade exclusiva do fornecedor qualquer problema relacionado ao mesmo.

## **8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.**

**10.1** Qualquer pagamento só será efetuado se na Nota Fiscal/Fatura constar o atestado de recebimento do Secretário de Saúde de outro servidor designado pela Secretaria.

**10.2** O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente do fornecedor e ocorrerá, após o adimplemento da obrigação, em 30 (trinta) dias.

**10.3** Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**10.4** Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

## **11. DAS SANÇÕES**

O desatendimento para assinatura do Instrumento Contratual e/ou entrega dos produtos caracterizará o descumprimento total da obrigação, resultando em penalização do licitante, na forma prevista da Lei 8.666/93, salvo disposições em contrário.